

1 Ata da Reunião Ordinária de nº 295 do Conselho Municipal de Saúde de Arapongas – CMS, realizada  
2 na data de 20 de Outubro de 2021 às 19h30 no Auditório do Paço Municipal, com a participação dos  
3 seguintes membros: no Segmento Gestores Srs (as). Moacir Paludetto Junior – Titular – SEMUS e  
4 Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS; Segmento de Prestadores Sras. Márcia Cristina  
5 Krempel – Titular – HONPAR, Caren Juliane Tolori Ribeiro – Suplente – HONPAR; Heloísa Toledo  
6 Volpato – Titular – Irmandade da Casa e Antônia de Fátima Francisco – Suplente – Irmandade da  
7 Santa Casa. Segmento de Trabalhadores, Srs (as). Eucir Antônio Zanatta – Titular – SINDSAÚDE;  
8 Gisele Dias Picolo – Titular – COREN; Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS e Alecsandro de  
9 Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR; no Segmento de Usuários os Srs (as), Maria Madalena  
10 Carneiro – Suplente – ONG Olho D’Água; Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA, Valéria Reche  
11 Aleixo – Suplente – Pastoral do Idoso; Alzira Maria da Silva Rocha - Titular – Pastoral da Saúde;  
12 Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais, Antonio Jorge Magro –  
13 Associação Ulisses Guimarães – Titular, Aline Tassiara Marquês da Cunha – Suplente – Associação  
14 de Moradores Ulisses Guimarães; Francisco Robério Peres da Cunha – Titular – Pastoral da Criança;  
15 Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ent. Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN  
16 ALÁKÉTU; Maria de Fátima Grego – Titular – UAMMA, e Gerson Pizzo – Membro da Associação de  
17 Pessoas com Deficiência de Arapongas – APDA. Após verificação da obtenção de quórum, o  
18 Presidente Zanatta deu início a Reunião, registrando a presença do Sr. Valdecir Pardini – Gerente do  
19 Controle de Endemias; Sra. Fernanda Gollas Trombini – Gerente do Setor de Epidemiologia e do Sr.  
20 Luiz Carlos Garanhani – Contador da Secretaria Municipal de Saúde. Nesta ocasião o Secretário de  
21 Saúde e Conselheiro Moacir Paludetto pede a palavra, expondo que gostaria de fazer uma  
22 observação, sendo uma proposta que o Presidente Zanatta comentou desde o início, de aproveitar a  
23 Apresentação do Relatório Quadrimestral, mas para que em todas as reuniões do Conselho houvesse  
24 a possibilidade de trazer, não sendo necessário todos, mas para que os técnicos da SEMUS  
25 comparecessem para trazer uma capacitação e educação continuada aos Conselheiros. O Presidente  
26 Zanatta agradece a fala do Secretário Moacir e cita que foi realizado encaminhamento de ofícios a  
27 estes Setores e que referente ao Controle de Endemias há uma demanda anual de atuação e  
28 articulação junto ao Conselho, que é um instrumento de avaliação das atividades anuais, sendo  
29 enviado um convite ao responsável, que a Sra. Fernanda Gollas também foi convidada para que  
30 implementasse a Apresentação do Relatório Quadrimestral, assim como assuntos referentes a  
31 Mortalidade Infantil do Município, sendo um manifesto feito pela Comissão Técnica e de Fiscalização –  
32 COMTEFIS, que o Sr. Luiz Garanhani exerceu uma atividade recente com a Comissão de Finanças –  
33 COMFIN, com sua participação em uma reunião na Sede da Secretaria-Executiva do Conselho,  
34 estando registrado nos relatórios. O Presidente Zanatta expressa que foi solicitado ao Secretário  
35 Moacir que na Apresentação do Relatório Quadrimestral, não haveria a necessidade de se ater a todos  
36 os detalhes, item por item, uma vez que foi encaminhado essa demanda aos Conselheiros e as  
37 Entidades, sendo também uma proposta que foi discutida em Plenária, para que cada Entidade  
38 pudesse avaliar o Relatório Quadrimestral, que ao CMS foi oportunizada junto a Câmara de  
39 Vereadores, com convite aos Conselheiros para que pudessem estar presentes naquela ocasião. Em  
40 continuidade a Conselheira Márcia menciona que também fez um convite ao advogado da HONPAR –  
41 Hospital Norte Paranaense, Sr. Fábio, para participar da presente Plenária, uma vez que identificou  
42 nos pontos de Pauta, a Notificação Extrajudicial – Vigilantes da Gestão Pública, referente a  
43 informações quanto ao credenciamento da HONPAR junto ao Município de Arapongas e Secretaria de  
44 Saúde do Estado do Paraná, desta forma o Presidente Zanatta registra a presença do mesmo. O  
45 Presidente segue a Plenária comunicando sobre os informes, sendo que no Item 01 – Relato da  
46 COMFIN – atividades desenvolvidas, convida a Conselheira Ìyálòrísá Joilda para fazer um breve relato,  
47 enfatizando que os relatórios na íntegra já foram reproduzidos a todos. Diante o exposto a Conselheira  
48 Ìyálòrísá Joilda enseja boa noite aos presentes e relata que o Sr. Durval representante da Irmandade  
49 Santa Casa era o Coordenador da COMFIN e que devido a sua partida, ficou sobre a responsabilidade  
50 da mesma junto ao grupo da referida Comissão, que desde o mês de janeiro até o presente momento  
51 foram desenvolvidos trabalhos de análise dos documentos a partir do Relatório GEPATRIA. Cita que a  
52 COMFIN em conjunto com a Mesa Diretiva conseguiu agendar reunião com o departamento de  
53 Licitação, para entender como é realizado o processo de Licitação dentro do Município na aquisição de  
54 insumos, que a demanda geral dentro do Departamento de Licitação fez com que os membros da  
55 COMFIN realizassem agendamento com o Departamento de Compras, com o Sr. Carlos, para também  
56 compreender a questão da licitação e dos empenhos de insumos. Expõe a partir do relatório da  
57 RAG/2020 que foi apresentado, sendo aprovado com ressalvas também pela COMFIN, que os  
58 membros procuraram entender a parte financeira do relatório, sendo então agendado uma reunião com  
59 o Contador responsável, Sr. Luiz Garanhani, na Sala da Secretaria-Executiva do CMS, o qual deu  
60 esclarecimentos. A Conselheira Ìyálòrísá Joilda menciona que já tem todas as atividades realizadas

61 com os membros da COMFIN em relatórios e que a Secretária Sra. Giziele já os encaminhou para os  
62 Conselheiros (as) para que estejam ao par das atividades que a COMFIN tem realizado, excetuando  
63 apenas a gravação da reunião com o Setor de Contabilidade, o qual está em andamento e que  
64 como as demandas são muitas dentro da Secretaria do Conselho Municipal de Saúde, estão sendo  
65 desenvolvidos esses trabalhos aos poucos. Expõe que já há agendamento na Comissão para a  
66 verificação das Contratualizações, sendo o próximo passo. O Presidente Zanatta menciona que as  
67 Comissões criaram uma agenda de reuniões, sendo que a Comissão de Finanças começou as suas  
68 atividades pela municipalidade por demanda do GEPATRIA, buscou informações relatadas ao  
69 Conselho, constando nos relatórios digitalizados de forma detalhada, que cabe aos Conselheiros se  
70 apropriarem dessas informações, podendo alardear questionamentos sobre demandas, informações,  
71 e/ou colaboração, que o Conselho possa contribuir junto a essas áreas específicas. O Presidente  
72 Zanatta faz referência a COMTEFIS – Comissão Técnica e de Fiscalização, que iniciará suas  
73 atividades pelos setores hospitalares, estando também a disposição o relatório no tocante a esta ação  
74 e seu desenvolvimento, sendo seu início pelas questões de Contratualizações, constando em ofícios  
75 as demandas geradas para a 16ª Regional de Saúde do Paraná. Ato contínuo, o Presidente Zanatta  
76 faz a leitura da Pauta, Item 02 – Ofícios Encaminhados: nº 33/2021 – OPSAN – Indicação da Sra.  
77 Alzira Maria da Rocha para participar do Programa “Trilhas: Desenvolvimento de lideranças para a  
78 Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN)” (cancelado), sobre esse assunto o Presidente  
79 Zanatta diz que houve o cancelamento devido a solicitação que a representante indicada necessitaria  
80 de formação em curso superior, sendo cedida a vaga do CMS ao Município, para área de nutrição;  
81 refere-se ao Ofício nº 34/2021 – COREN – Encaminhamento para que profissionais da área de  
82 enfermagem possam suprir as vacâncias da representatividade do COREN no CMS; cita o Ofício nº  
83 35/2021 – 16ª Regional de Saúde – que reitera do Ofício nº 27/2021 – ao questionamento sobre o  
84 acompanhamento da Conselheira Roseli na Comissão de Avaliação e Acompanhamento das  
85 Contratualizações; Ofício nº 36/2021 – Irmandade Santa Casa – Solicitação de Relatórios de Produção  
86 e Cumprimento de Metas, relativos ao Termo de Fomento nº 01/2021; Ofício nº 37/2021 – Irmandade  
87 Santa Casa – Solicitação de informações sobre a Área Materno Infantil e Apresentação do Relatório  
88 Mensal do Convênio da Rede Materno Infantil; Ofício nº 38/2021 – SEMUS – Solicita informações  
89 sobre a Área Materno Infantil, devido ao aumento do percentual de mortalidade infantil, com  
90 detalhamento dos casos e das ações; Ofício nº 39/2021 – SEMUS – Nova solicitação para aquisição  
91 de um novo equipamento de informática notebook para o CMS; Ofício nº 40/2021 – 16ª Regional de  
92 Saúde – Solicitação do último roteiro realizado de Inspeção dos hospitais no município de Arapongas;  
93 Ofício nº 41/2021 – SEMUS – Solicitação do último roteiro / relatórios de Inspeção realizados pela  
94 Vigilância Sanitária, nas Unidades Hospitalares Irmandade da Santa Casa de Arapongas e HONPAR;  
95 Ofício nº 42/2021 – SEGOV/ ARAPONGAS – Solicitação de Decreto para Nomeação das Srs. Gisele  
96 Dias Picolo e Jéssica Luíza Rosa, representantes do COREN; Ofício nº 43/2021 – Vigilância  
97 Epidemiológica de Arapongas – Convite a Gerente do Setor, Sra. Fernanda Gollas Trombini para  
98 participação da Plenária nº 295, para aprimorar as informações sobre o aumento da taxa de  
99 mortalidade infantil no corrente ano; Ofício nº 44/2021 – Ao Sr. Luiz Garanhani – Contador da SEMUS  
100 – Convite para participar da Plenária nº 295, para explanar sobre as informações da área orçamentária  
101 e contábil do Setor Saúde; Ofício nº 45/2021 – Controle de Endemias – Convite ao Gerente do Setor  
102 de Controle de Endemias, Sr. Valdecir Pardini para participar da Plenária nº 295, para apresentar  
103 informações do Setor; Ofício nº 46/2021 – SEGOV / ARAPONGAS – Solicitação de Decreto para  
104 publicação da Composição do Conselho Municipal de Saúde e suas respectivas alterações, sendo  
105 informado ao Plenário que esse expediente foi cancelado, por orientações da Secretaria - Executiva do  
106 Município, e cita o Ofício nº 47/2021 – SEMUS – Solicitação de cópias de Relatórios de Vistoria  
107 realizados pela Vigilância Sanitária, junto as Instituições Hospitalares Credenciadas ao SUS. O  
108 Presidente Zanatta comunica ao Plenário que os ofícios citados estão a disposição para conhecimento,  
109 e faz referência aos Ofícios recebidos, frisando que é necessário se ater a estes, pois nos mesmos  
110 constam a natureza das respostas cedidas ao Conselho. Inicia o Item 3, Ofícios Recebidos: nº 999 /  
111 2021 – Ministério Público – Cópia – Ofício que foi enviado pelo MP para a SEMUS sobre o  
112 levantamento de usuários com Síndrome Pós COVID e indagação sobre a capacitação dos  
113 profissionais da Atenção Básica e faz a leitura do referido documento, o qual consta a disposição nos  
114 arquivos do CMS. Diante o exposto o Secretário de Saúde Moacir relata que está sendo realizado o  
115 cruzamento de dados de todas as pessoas que foram atendidas pós COVID, totalizando mais de  
116 20.000 pessoas que foram infectadas, frisando que a grosso modo há um aumento na parte de saúde  
117 mental, bem como demandas nas áreas de epidemiologia, fisioterapia e cardiologia, sendo que  
118 diversas especialidades demandadas por esses pacientes no Pós COVID. O Presidente Zanatta  
119 questiona ao Secretário Moacir se esta pode ser considerada uma ação em execução neste sentido,  
120 ao que o mesmo cita que não tem como informar se pode todas serem caracterizadas como Síndrome

121 Pós COVID, sendo algo que está em discussão também na Regional, mas que já houve a capacitação  
122 dos profissionais, que tem mantido contato com o Ministério Público, através de reuniões, para mantê  
123 -lo informado, enfatizando que não trouxe o documento, mas que poderia verificar se houve ao menos  
124 uma resposta inicial desse ofício. A Conselheira Maria Madalena pede a palavra e indaga sobre a  
125 contaminação do COVID referente aos usuários, diz que a Vigilância Sanitária tinha um relatório com  
126 informações referentes a cada pessoa que foi contaminada, mas que ao entrar em contato foi  
127 informada que encaminhariam por via Whatsapp um relatório para que a mesma respondesse, estando  
128 ainda no aguardo, assim como tantos outros, que questionou ao referido setor sobre os sintomas da  
129 vacina, não obtendo respostas. O Presidente Zanatta menciona que o histórico de pacientes não  
130 existe, ao que a Conselheira diz que obteve essa informação, que não estava mentindo. O Presidente  
131 Zanatta menciona que existe naturalmente um acompanhamento assistencial, como exemplo um  
132 paciente pós COVID, ele terá um histórico no Pronto Socorro, que é a ficha de atendimento, se o  
133 mesmo for encaminhado ao hospital ele terá um prontuário de internação e se este tem assim como  
134 dito pelo Ministério Público, problemas cinésio-funcionais, se perdeu a musculatura em função de  
135 comprometimento vascular, se esse paciente procurar atendimento direto, não haverá um controle,  
136 que a Secretaria não terá o acompanhamento desse paciente, enfatizando que se este for para uma  
137 Unidade de Saúde, alcançará eventualmente a fisioterapia e a consulta, em função de sua  
138 sintomatologia atual, que estará registrada no prontuário, mas que não há planilha ou relatório,  
139 direcionado a patologia COVID para os indivíduos. A Sra. Fernanda diz que existe uma planilha de  
140 casos e o Presidente menciona que existe quando o paciente retorna da Unidade de Atenção como,  
141 Unidade de Pronto Atendimento – UPA e Pronto Atendimento 18 horas. Diante o exposto o Secretário e  
142 Conselheiro Moacir reporta-se a Conselheira Madalena e diz que gostaria de entender qual seria esse  
143 relatório, tendo a mesma dito que havia entrado em contato com a Vigilância Sanitária comunicando  
144 que estava contaminada com a COVID - 19, sendo indagada sobre o que estava sentindo, quais eram  
145 os sintomas, e sendo orientada que realizariam um relatório de acompanhamento pelo Whatsapp,  
146 sendo que isso não ocorreu, que a UBS não tinha conhecimento que a mesma estava com COVID,  
147 porém não chegou a informação, enfatiza que não está inventando. O Secretário de Saúde Moacir  
148 menciona que apenas gostaria de entender melhor, porque assim como a Sra. Fernanda comentou, há  
149 diariamente um boletim de todos os pacientes que foram contaminados pela COVID, que um relatório  
150 diário é consolidado e enviado sistematicamente para as Unidades de Saúde, conforme a região e  
151 endereço de cada um, sendo esse monitoramento responsabilidade de cada Unidade Básica de  
152 Saúde, de entrar em contato com o paciente e fazer esse monitoramento, e questiona a Conselheira  
153 Maria Madalena de qual UBS a mesma pertence, sendo respondido da UBS – Bandeirantes. O  
154 Secretário Moacir relata então que são essas situações que precisam ser entendidas sobre as quais  
155 demandar, entrar em contato com o local e saber o motivo que a equipe teve de não realizar esse  
156 monitoramento, podendo dar um retorno à Conselheira, frisa que desde o início da Pandemia é o que  
157 tem sido feito, em relação a falhas de equipe no monitoramento, porque isso é extremamente  
158 necessário inclusive para poder se antecipar nos casos que podem vir a se agravar, e deixa claro que  
159 não é responsabilidade da Vigilância Sanitária, que o trabalho em conjunto entre Vigilância  
160 Epidemiológica do relatório e o filtro das Unidades são de responsabilidade de cada região, das 30  
161 Unidades do Município para fazer esse monitoramento seja por telefone ou presencial, mas frisa que  
162 tem que ser feito o monitoramento e dar o retorno inclusive. Em prosseguimento a Conselheira Márcia  
163 indaga ao Secretário e Conselheiro Moacir se está ocorrendo uma organização a exemplo do  
164 questionamento da Promotoria que está perguntando de acompanhamento das complicações das  
165 vacinas, de quem teve miocardite, AVC, cita que estão relacionando súbitos de AVC com vacinação, e  
166 miocardite em adolescentes também com a vacinação, se há uma ficha de notificação. O Secretário  
167 Moacir afirma que as notificações são compulsórias, mas que na medida do possível tem realizado,  
168 mas fazer uma busca ativa é complicado, que tem procurado divulgar da necessidade de se fazer o  
169 relato em todas as Unidades para a busca ativa. Ato contínuo o Presidente Zanatta comunica sobre o  
170 Ofício nº 136/2021/SCVSAT – Resposta ao Ofício nº 40/2021 – Referente aos Relatórios solicitados de  
171 inspeção de serviços hospitalares em Arapongas, demandas colocadas pela Comissão de  
172 Fiscalização, onde a 16ª Regional afirma não possuir arquivos de inspeção de serviços hospitalares e  
173 informa que a CIB – Comissão Intergestores Bipartite em reunião nº 085 e a RDC ANVISA nº  
174 207/2018 e sendo estas ações de responsabilidade da Vigilância Sanitária de Arapongas que serão  
175 entregues para a referida Comissão atue. Cita o Ofício nº 137/2021 – 16ª Regional – em resposta ao  
176 Ofício nº 27/2021 do CMS – referente ao questionamento sobre o acompanhamento da Conselheira  
177 Roseli na Comissão de Avaliação e Acompanhamento das Contratualizações e que referente a esse  
178 assunto coloca que foram expedidos três ofícios, sendo que a resposta estava presente, com a  
179 Avaliação dos Serviços de referência em Oncologia para 30 de Junho de 2021, mas que a Regional  
180 havia comunicado que fora respondido através de e-mail em 21 de junho do vigente ano, fato que não

181 ocorreu, que está sendo feito um questionamento a Regional e continuará fazendo. Neste momento o  
182 Conselheiro Alecsandro pede a palavra e solicita uma questão de ordem. O Presidente Zanatta  
183 pergunta qual seria a questão de ordem, onde está sendo infringido o Regimento, e o Conselheiro  
184 Alecsandro expõe que estamos com convidados para a Pauta do Conselho e que está sendo feito a  
185 leitura de ofícios enviados e recebidos. O Presidente afirma positivamente, ao que o Conselheiro  
186 Alecsandro segue dizendo para não se estender com deliberações a respeito dos ofícios, que a  
187 Secretaria da Mesa repassa o material por e-mail, coloca que entende que isso não seja Pauta, que  
188 estão tomando tempo dos convidados dos setores que podem ajudar com o que efetivamente  
189 interessa. Diante o fato, o Presidente Zanatta cita que esses assuntos em específico tornam a Pauta  
190 relevante, que já orientou ao Conselheiro anteriormente, que o Conselheiro Alecsandro interpela  
191 novamente e equivocadamente, com frequência pedindo a questão de ordem para questões que não  
192 as são, que Questões de Ordem são infrações ao Regimento. O Conselheiro Alecsandro diz que não  
193 estamos avançando, que se é Pauta precisa estar na Pauta, pois está como ofício recebido e ofício  
194 enviado, ou é Pauta ou é comunicação de expediente, mas que se discutirão se a Regional está certa,  
195 se há relatório de COVID ou não então ficarão até as 02h00 da manhã. O Presidente Zanatta diz que  
196 não visualiza dessa forma e esclarece novamente ao mesmo, sendo a segunda vez que fala sobre o  
197 assunto, pois é feito um chamamento para uma questão de ordem que não é, que se há opinião esta  
198 pode e deve ser externada contra a condução do Conselho, pois é obvio que é uma reunião ordinária,  
199 que os convidados se aterão ao tempo necessário para que possam estar incluídos dentro da Pauta,  
200 que acredita que o Conselho está muito bem detalhando e ordenando, para que haja o esclarecimento  
201 e que o Plenário possa se ater a questões que não ficarão apenas às Comissões, diz que nesse  
202 tocante é imperativo, pois são atributos que a Regional informa que não tem e o Município terá  
203 dificuldades para encaminhar por conta que já foi realizado um trabalho de levantamento pela  
204 Secretaria-Executiva, não tendo resposta e sendo as demandas como o atendimento da COVID que o  
205 Plenário tem que estar familiarizado, assim como a questão da resposta da lista de vacinados que o  
206 Conselho precisa estar familiarizado. O Presidente submete ao Plenário que ainda há apenas dois  
207 ofícios a serem tratados, sendo um de informe da HONPAR, nº 556/2021 – de Ratificação da  
208 declaração técnica – aquisição de equipamentos e chama a atenção para a Pauta e indaga o motivo  
209 de encaminhamento da ratificação apenas e não o Projeto, que não passou pelo Conselho,  
210 submetendo novamente o prosseguimento ou não da leitura dos ofícios ao Plenário e os Conselheiros  
211 Sérgio e Márcia solicitam a continuidade da forma que estava sendo conduzido. O Presidente Zanatta  
212 então faz nova referência ao Ofício Nº 137/2021 – 16ª Regional, que foi respondido que não estava  
213 acontecendo as avaliações devido a Pandemia e questiona a Conselheira Márcia como estão  
214 acontecendo as reuniões e a mesma afirma que não ocorrem, que na data de 30 de junho não  
215 ocorreu. O Presidente Zanatta relata que foi solicitado para a Regional os relatórios desde 2020/2021,  
216 para serem entregues à Comissão, para que esta trate das questões assistenciais, cruzadas com as  
217 financeiras diante das Contratualizações do Estado, mas que será feito em um segundo momento, pois  
218 no primeiro a Comissão se aterá para a área Materno Infantil, sendo essas ações que a COMTEFIS e  
219 o Conselho estão realizando. O Presidente Zanatta reporta-se para a Conselheira Márcia citando sobre  
220 o ofício Nº 556/2021 – HONPAR – Ratificação da declaração técnica – aquisição de equipamentos; e  
221 comenta que a dúvida é que provavelmente houve uma solicitação que esse documento fosse para  
222 informe, mas que não sabe o sentido do Gestor de encaminhar o mesmo, comentando que é o  
223 Hospital faz uma dezena, senão uma centena de convênios dessa natureza, que não passam pelo  
224 CMS, mas que deixará aberto ao Conselho, ao Plenário, este tema e que não houve a nossa  
225 participação. Saliencia observância ao que consta dos atributos do Regimento Interno que todos os  
226 credenciamentos e convênios do SUS deveriam passar pelo Conselho, mesmo sendo a título de  
227 informe, mas não há essa informação e que a correlação do Estado com os Hospitais não transitam,  
228 também ou pouco transitam, que como exemplo estão sendo verificados as Atas antigas do Conselho,  
229 e que a HONPAR para credenciar Cardiologia e Oncologia precisou passar pelo CMS, assim como a  
230 Litotripsia, mas que não visualiza mais nada disso passando pelo Conselho. Pede para que fique  
231 registrado para a ciência de todos os Conselheiros, cita que o que causa estranheza é um recebimento  
232 dessa natureza, pois não há como ter esse ato isolado, também não há como ter como um ato  
233 continuado, mas para que fique a título de informação então. A Conselheira Márcia relata que não tinha  
234 conhecimento do referido documento, pois não passou pela mesma, provavelmente tendo saído pela  
235 Presidência da HONPAR, mas que tem conhecimento é que toda a aquisição de materiais passam  
236 pelo Conselho e que o Presidente Zanatta precisava verificar no ano de 2018, pois provavelmente  
237 passou pelo CMS, podendo não ter passado em Plenária, mas que a comunicação sempre há dentro  
238 do Conselho, e o Presidente afirma que não realizou a busca, pois teve conhecimento do documento  
239 na data de hoje, sendo recebido em 24 de setembro/2021, que a Secretária do CMS havia informado  
240 que como o mesmo não passou em Plenária anterior, colocaria para a presente reunião. O Presidente

241 Zanatta então prossegue fazendo a leitura do Ofício nº 1687/2021 – Irmandade Santa Casa –  
242 Resposta ao Ofício nº 36/2021 – Relatórios de Produção e Cumprimento de Metas relativos ao Termo  
243 de Fomento nº 01/2021, informando que o mesmo será entregue para a Comissão. Faz referência  
244 sobre o Ofício nº 1697/2021 - Irmandade Santa Casa – Resposta ao Ofício nº 37/2021 da COMTEFIS  
245 referente as informações sobre a área Materno Infantil e do Ofício nº 539/2021 – COREN – Indicação  
246 das profissionais Sras. Jéssica Luíza Rosa e Gisele Dias Picolo, para compor o CMS. Diante o exposto  
247 o Presidente Zanatta apresenta a Sra. Gisele ao Plenário dando posse a nova representante do  
248 COREN e informa que a Sra. Jéssica fez justificativa de ausência por força maior, impossibilitando  
249 assim de dar posse a mesma. A Conselheira Caren questiona se a representação da Sra. Gisele é  
250 como suplente, ao que Presidente Zanatta informa que é como titular. A Conselheira Caren expõe que  
251 a Sra. Jéssica estava como suplente da Sra. Débora e se automaticamente a mesma não teria a  
252 cadeira. Diante a indagação o Presidente Zanatta explica que não, pois o COREN não havia feito à  
253 época a indicação, caso contrário o raciocínio da mesma estava correto, quê o que houve foi um  
254 apontamento por parte da Sra. Débora para indicação e frisa que posteriormente o COREN  
255 encaminhou ofício atendendo a expediente do CMS com indicação da Sra. Gisele como titular e  
256 Jéssica como suplente e que se houvesse interesse por parte desta poderia colocar o assunto como  
257 pauta. A Conselheira Caren faz a colocação que se não estava enganada quando houve a  
258 manifestação de deixar a cadeira, a Sra. Débora encaminhou ofícios ao COREN, que foram vários,  
259 colocou o interesse que a Sra. Jéssica fosse suplente, pergunta ao Presidente Zanatta se a Sra. Gisele  
260 encaminhou ofício ao COREN solicitando para ser titular, ao que o presidente Zanatta responde que foi  
261 o COREN que enviou através da Presidente Sra. Rita Sandra Franz, fazendo assim a leitura do Ofício  
262 Nº 539/2021, menciona então que não há nenhum constrangimento quanto ao fato, pois a mesma  
263 então não havia sido empossada como suplente, portanto não ascendendo automaticamente como  
264 titular. A Conselheira Caren diz que articulará com a Sra. Débora sobre o assunto, ao que o Presidente  
265 Zanatta comunica que tem toda a documentação e sugere para a mesma tenha contato antes. Em  
266 prosseguimento o Presidente cita a Notificação Extrajudicial ao CMS feita pela ONG - Vigilantes da  
267 Gestão Pública, fazendo sua leitura referente a solicitação de informações quanto aos  
268 credenciamentos do Hospital Regional João de Freitas, desde a antiga ONCOPAR, atual HONPAR,  
269 junto ao Município de Arapongas e Secretaria de Saúde do Estado do Paraná e solicita cópia de Atas e  
270 sobre esse assunto relata que não tem conhecimento se essa Notificação está relacionado ao ato de  
271 denúncia que anteriormente fora realizado ao MP e ao Conselho, mas que está solicitando ativar a  
272 partir desse instrumento que os Conselheiros Sérgio e Robério precisarão resgatar a informação, que  
273 ficaram responsáveis ao acompanhamento da denúncia junto ao Ministério Público. O Conselheiro  
274 Sérgio diz que não ficou e o Presidente Zanatta questiona a Conselheira Elizabeth se tem lembrança,  
275 diz que precisará verificar, indaga posteriormente ao Conselheiro Robério se o mesmo tem lembrança,  
276 e informam ser Antonio Magro, Antonio Martins, e acreditam que seja a Conselheira Elizabeth, ao que  
277 o Presidente cita novamente que verificará, mas que solicitará para que possam resgatar as  
278 informações para trazer para próxima Plenária, frisando que fará o resgate dos nomes, e que junto a  
279 Mesa decidiu que não procurará os credenciamentos. Que realmente acharam alguns, mas que tem  
280 Atas, que leu Atas referentes a um período de dois, três ou quatro anos, mas que estão pedindo de  
281 dez anos, que não procurarão a informação específica que essa Entidade esta solicitando, que são os  
282 credenciamentos, mas que o que será feito é fornecer o que é informação pública, que são as Atas.  
283 Que dessas Atas estão sendo realizados cópias e que serão encaminhadas a essa Entidade sendo só  
284 isso. O Conselheiro Sérgio indaga dizendo, se essa Notificação Extrajudicial feita pelo Vigilantes de  
285 Saúde Pública, encaminharam para quem, para nós, e ainda quem são eles e tem pelo Presidente  
286 Zanatta resposta afirmativa que é para o Conselho. No ensejo o advogado da HONPAR Sr. Fábio pede  
287 a palavra e expõe que é para fazer uma contribuição em nível de esclarecimentos, pois afinal  
288 compareceu para isso. Inicia ensejando boa noite ao Plenário e se apresentando, com relato que foi  
289 conselheiro do CMS por período de dois anos de 2016 a 2018, que atua na HONPAR há mais de 20  
290 anos e que para esclarecer, trás umas informações importantes aqui. O Sr. Fábio fiz que a Entidade  
291 embora possua um brasão que pareça ser uma Entidade Pública, é uma Entidade Privada, chamada  
292 de ONG Vigilantes da Gestão Pública, que há pouco tempo estava sendo investigada na Assembleia  
293 Legislativa do Paraná, que também estão abrindo uma investigação contra a mesma por ter suspeita  
294 que a Entidade está sendo financiada por pessoas que queiram prejudicar a administração do Hospital.  
295 Cita que de fato por ser uma ONG, a mesma ajuizou uma Ação Cível Pública no ano de 2019 mais ou  
296 menos, alegando um monte de inverdades, onde houve a busca e apreensão de documentos alguns  
297 do Hospital e todos os documentos que foram solicitados lá, já foram fornecidos estando em juízo no  
298 fórum. Menciona que as alegações eram que médicos do Hospital estavam cobrando por fora para  
299 realizar consultas, pela taxa comunitária, ao Presidente Zanatta afirma que todos nós sabemos da  
300 existência da taxa comunitária, e que existe até hoje. O Fábio prossegue e diz que não, quê o que

301 existe hoje é consulta particular, que a taxa comunitária era a consulta mais barata para a população,  
302 e que o Hospital fez desde então, foi cortar a taxa comunitária, sendo que agora ou é pelo SUS ou é  
303 particular, que antes era R\$100,00 agora é R\$300,00, ao que Presidente Zanatta diz que são essas  
304 informações nos temos. Sr. Fábio ressalta que na verdade o que essa ONG fez foi prestar um  
305 desserviço para a população, porque agora o pobre, a gente não faz mais a taxa comunitária e agora  
306 se ele quiser não entrar pelo SUS, ele vai ter que pagar os R\$300,00 da consulta particular, então o  
307 que essa ONG fez acabou prejudicando na ponta o bolso dos consumidores, dos pacientes, porque  
308 aquele que não queria esperar pelo SUS se quisesse vir de alguma cidade sem ter feito lá todo o  
309 caminho correto, ele podia pagar uma consulta particular mais barata, que era chamada de taxa  
310 comunitária, hoje o Hospital não faz mais isso, porquê, por conta desse problema que foi colocado aí  
311 por essa ONG. O Dr. Fábio prossegue a fala dizendo, então no final das contas essa ONG prejudicou a  
312 população, porque agora o Hospital está proibido de cobrar aquela taxa comunitária, então se quiser  
313 particular, como é lícito, eles podem ir no médico particular, ou esperar a fila do SUS. Diz ainda que o  
314 fato é que de lá pra cá não se comprovou absolutamente nenhuma, já se passaram mais de dois anos,  
315 nenhuma das acusações que foram feitas por essa ONG. Afirma que, para terem uma ideia que  
316 quando foi feita a busca e apreensão, esse Presidente aí chamado Sir Carvalho, ele entrou armado no  
317 Hospital com revólver na cinta para constranger todo mundo, como se fosse um xerife, tanto é verdade  
318 que existe uma ação indenizatória por danos morais tramitando aqui e existe também investigação  
319 contra ele na Polícia Federal. Cita colocando, para que vejam bem, que quer alertar aos Senhores, é  
320 que essa ONG é uma Instituição Privada, e o Conselho que é um Órgão Público, que pela Lei de  
321 Acesso a Informação o CMS pode sim fornecer as Atas, que aliás é lícito, afirmando que agora o  
322 Conselho não pode ir além disso, porque na verdade há uma decisão judicial, e que é isso que quer  
323 chamar a atenção dos Senhores, que quer alertar aos Senhores, para não passarem por cima da  
324 Decisão Judicial do Tribunal de Justiça, que eu tenho aqui inclusive no meu celular cópia do Processo,  
325 que eu posso oferecer para Sérgio, ou para quem quiser aqui, uma Decisão Judicial que limitou a  
326 apresentação de alguns documentos aos anos de 2018 / 2019, que significa dizer que a própria justiça  
327 já disse vocês tem direito sim de verificar esses documentos aqui, tais, tais e tais, relativos apenas aos  
328 dois anos de 2018 e 2019. Reafirma que quer chamar a atenção que aqui existe uma tentativa  
329 deliberada dessa ONG, que é uma ONG altamente suspeita de tentar burlar uma ordem judicial,  
330 tentando induzir os Senhores a apresentar documentos fora daquele período que eles não  
331 conseguiram na justiça, que eles estão querendo de 1995 a 2005, afirma que a Decisão Judicial está lá  
332 dos anos de 2018 a 2019, portanto a minha presença aqui serve apenas para alertar os Senhores,  
333 para tomarem cuidado com as atribuições dos Senhores, sob pena de se passar por cima de uma  
334 ordem judicial emanada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, reafirmando que os Conselheiros se  
335 atentem para suas funções e para as atribuições dos Senhores. Diz que o que está dizendo aqui pode  
336 comprovar através de documentos, que pode entregar para o Conselho inclusive, para comprovar tudo  
337 o que está alegando, então era isso que eu queria dizer. Ato contínuo, o Presidente Zanatta abre a  
338 palavra ao Plenário, e a Conselheira Maria Madalena questiona dizendo que o usuário vai a HONPAR  
339 e paga consulta particular para um Especialista, e quem atende o paciente são os alunos dos  
340 especialistas, que as vezes já passou por uma cirurgia e quando do seu retorno não é mais com o  
341 mesmo profissional, a quem ele confiou a consulta dele. A Conselheira Márcia afirma que não se trata  
342 de alunos e sim de residentes, que são profissionais médicos já titulados, com CRM, aperfeiçoando o  
343 seu conhecimento, que a HONPAR é um Hospital Escola que tem todo o direito de ter Residentes, que  
344 participa do MEC para formação de profissionais médicos, e que não há problema nenhum do usuário  
345 ser atendido também pelo Residente, e que existe sempre o médico titular, que atuam juntos, que  
346 discutem casos, que o usuário não fica solto, abandonado, que tem que se conhecer a dinâmica de um  
347 Hospital Escola, que lá se trabalha em equipes, citando diversas especialidades. O Presidente Zanatta  
348 solicita a retomada de Pauta para a Apresentação do Relatório Quadrimestral, e como Presidente do  
349 Conselho oferece a palavra ao Conselheiro Alecsandro, também a Gestora da Irmandade Santa Casa,  
350 Conselheira Heloísa, e ao Secretário e Conselheiro Moacir. A Conselheira Aline então coloca que  
351 entende a preocupação do Dr. Fábio, quanto ao Conselho responder algumas questões, mas afirma  
352 que essas são públicas, e que nós temos que ter transparência também, ao que o Dr. Fábio afirma que  
353 para as Atas está correto, mas que para os demais documentos que estão pedindo passa por cima da  
354 ordem judicial, que proíbe o seu fornecimento. O Presidente Zanatta retoma a fala dirigindo-se ao Sr.  
355 Fábio, advogado da HONPAR, fazendo leitura de parte do solicitado através da Notificação  
356 Extrajudicial, oferecida pela ONG Vigilantes da Gestão Pública, sendo que sejam fornecidas cópias  
357 das Atas, que sejam referentes aos credenciamentos daquela Entidade Hospitalar, antigo Hospital  
358 João de Freitas / ONCOPAR / HONPAR e que tenham transitado neste Conselho, entre os anos 1995  
359 a 2005, e afirma que o Conselho por decisão da Mesa, não fará a peneiragem – identificação e  
360 seleção da pauta solicitada de credenciamento, pois todos os credenciamentos são feitos junto a

361 Secretaria de Estado e que passam pelo CMS para anuência, que o Conselho não valida, porém dá a  
362 anuência para o credenciamento. Afirma dirigindo-se ao Dr. Fábio que quando de outra feita de sua  
363 presença e logicamente exercendo o seu papel advocatício, que todos os fatos estão registrados em  
364 Atas, e sugerindo que estas sejam lidas, que constam a participação do mesmo, e subseqüentes  
365 relativas ao Termo de Denúncia desta Entidade Privada, ou não, e citando as Entidades como da  
366 Conselheira Iyálòrisá Joilda, também privada, ou de Hospital Filantrópico, privado, que estão legítimos,  
367 e observa que o seu papel foi de obstar as ações, obstar do Conselho de desenvolver as suas  
368 atividades relativas ao processo de fiscalização, que em todas as aquelas falas, pois o esmero que se  
369 tem é que as Atas são degradadas, que portanto não foge da realidade, e que novamente agora como  
370 da outra vez em que esteve presente, afirma que estava tudo resolvido, que as condutas de  
371 investigação estavam bloqueadas, pelo Juízo Federal, mas era Estadual, pois haviam esses dois  
372 pontos na época, que isso está tudo caracterizado, porém que o Sr. Fábio falava em nível Federal,  
373 enquanto nos do Conselho falava em nível Estadual e que agora novamente cita que a documentação  
374 está restrita judicialmente há dois anos. Coloca que isso se refere a documentação dentro do processo  
375 e jurídico da HONPAR, e chama a atenção demonstrando através do data show, o Portal do Município  
376 de Arapongas, e o link do Conselho Municipal de Saúde, pois exemplarmente tem sido dispostas as  
377 informações para contato, as documentações expedidas, a agenda, e sendo oferecidas todas as Atas  
378 do Conselho para a disposição à comunidade, inclusive as Atas anteriores a Gestão atual estão sendo  
379 digitalizadas. Continua expondo que todas as eventuais falhas de gestões anteriores estão sendo  
380 reordenadas, e que todos sabem que a Mesa atual lutou para a organização administrativa e de uma  
381 Secretária Executiva, que hoje tem uma secretária condigna as necessidades e responsabilidade do  
382 Conselho, que estão sendo edificadas as Pautas, e a condução da Mesa. E que as Atas faltantes estão  
383 sendo providenciadas e digitalizadas, e que a Entidade denunciante receberá as Atas por meio físico,  
384 não colocando a mesma digitalizadas nesse momento. O Presidente Zanatta finaliza a fala  
385 demonstrando modelo de banner a ser confeccionado com orientações e informações sobre o CMS,  
386 na tentativa de aproximá-lo da comunidade. Nesta ocasião a Conselheira Iyálòrisá Joilda solicita  
387 correção ortográfica de sua razão social da sua Entidade no Portal da Prefeitura, e apresenta convite  
388 ao Conselho a participação em evento “ VI Encontro Municipal da Mobilização Nacional Pró-Saúde da  
389 População Negra Vida Longa com Saúde e Sem Racismo de Arapongas – Paraná” e “I Conferência  
390 Livre de Saúde da População Negra e Povos e Comunidades Tradicionais de Arapongas - Paraná”. O  
391 Presidente Zanatta faz lembrança que os Conselheiros receberam a Programação Anual de Saúde e o  
392 Plano Municipal de Saúde 2022 – 2025, e coloca que infelizmente não teve retorno por parte das  
393 Entidades, exceto da Conselheira Iyálòrisá Joilda, quanto a análise e sugestões, não havendo portanto  
394 manifestação por parte da Plenária, reforçando a necessidade que os Conselheiros se atentem a  
395 Diretriz 13, e faz a leitura do que foi incluído pela Mesa Diretiva do Conselho, reiterando que o Plano  
396 entregue não será realizado a apresentação na íntegra, havendo necessidade de que os Conselheiros  
397 realizem a sua apreciação, informando ainda da confecção de crachás individuais aos Conselheiros,  
398 para a participação em eventos, para as Comissões quando atuam em ambientes externos, e também  
399 para Conferência Municipal de Saúde, os quais estão sobre guarda da Secretaria-Executiva, passando  
400 a palavra ao Secretário Moacir. Em prosseguimento o Secretário de Saúde Moacir inicia a  
401 Apresentação do 2º Relatório Quadrimestral de Saúde, questionando se há concordância por parte do  
402 Plenário para esse novo formato de apresentação sugerido pela Mesa, sendo assim uma forma mais  
403 dinâmica, considerando que todos os Conselheiros já realizaram uma análise prévia. Que nesta  
404 ocasião foram convidados, a Gerente de Epidemiologia Sra. Fernanda Gollas e do Gerente de  
405 Endemias Sr. Valdecir Pardini, também do Sr. Luiz Garanhani, do Setor de Contabilidade da Saúde.  
406 Desta forma, iniciou a Apresentação, o Secretário Moacir comentando dos comparativos do 1º e 2º  
407 Quadrimestre, relativos as aplicações das receitas e das despesas, cita das transferências Estaduais e  
408 Federais, dos valores e metas alcançados aplicados pelo Município, dos recursos de custeio,  
409 pontuando que o investimento do Município tem sido muito maior do que a dos demais Entes  
410 Federados, também das Receitas Patrimoniais. Detalha das despesas empenhadas diante da EC 29,  
411 além dos recursos próprios aplicados, cita de áreas de investimento como: SAMU, UPA, Saúde Bucal,  
412 Vigia SUS entre outros, abrindo discussões ao Plenário. A Conselheira Iyálòrisá Joilda relata de sua  
413 participação pelo SIOPS, colocando que além dos Relatórios Quadrimestrais, a validação realmente  
414 necessária é a do RAG – Relatório Anual de Gestão, fazendo comentário sobre os códigos utilizados,  
415 para rubricas de receitas e despesas. O Secretário Moacir faz referência a condição de  
416 subfinanciamento que existe na Saúde, que tem sido cada vez menor, com despesas crescentes,  
417 demandas aumentando e onde o financiamento não tem acompanhado, refirmando que seja  
418 oportunizada a presença do Sr. Luiz para esclarecimentos de dúvidas. Na ocasião houveram alguns  
419 questionamentos pontuais, por parte dos Conselheiros, Francisco Robério, Alecsandro. A Conselheira  
420 Maria Madalena faz indagação contra o repasse de recurso oriundos da COVID, com proventos aos

421 funcionários e de descontos em folha, citando os Agentes Comunitários e inclusive os Professores, ao  
422 que o Secretário de Saúde Moacir diz desconhecer. O Conselheiro Antonio Magro diz que não procede  
423 tal informação para a área da Educação. O Secretário de Saúde Moacir afirma que houve um repasse  
424 em parcela única de R\$600,00 para os profissionais servidores não comissionados na Secretaria de  
425 Saúde, logicamente com critérios, porém que não há informações sobre desconto, e por isso não teria  
426 entendido o questionamento, afirma ainda que aqueles que não trabalharam o período integral  
427 realmente não receberam proporcionalmente. Na sequência o Secretário Moacir apresenta ainda no  
428 Relatório Quadrimestral das Áreas Assistenciais e de Epidemiologia, dos Recursos Humanos  
429 envolvidos, e procedimentos realizados, de nascidos vivos e óbitos, inclusive fetais e taxa de  
430 mortalidade infantil. Cita das informações sobre o Setor de Controle de Endemias, do período  
431 epidemiológico da Dengue que vai de agosto a julho subsequente, salientando que o Município de  
432 Arapongas no período epidemiológico passado foi o único que não entrou em epidemia na região, fala  
433 sobre a Área Assistencial, de Hanseníase e Tuberculose. Apresenta o resumo das ações  
434 desenvolvidas a assistência pertinentes a Pandemia COVID, dos testes realizados, consultas  
435 realizadas, dos óbitos, e da vacinação, assim como do percentual da população vacinada entre a  
436 primeira, segunda e terceira dose. No ensejo, a Sra. Fernanda Gollas agradece o convite, e tendo  
437 como Pauta as questões solicitadas pelo CMS acerca do aumento percentual de Mortalidade Infantil  
438 no Município apresenta uma série histórico dos últimos seis anos, já a partir do ano 2015, onde a taxa  
439 encontrava-se em 15.97, citando que era relativamente alta, que em 2016 foi de 12.19, que em 2017  
440 foi de 10.19, onde houve uma redução significativa, que em 2018 a taxa era de 10.72 com pequeno  
441 acréscimo, sendo que em 2019 a taxa obtida foi de 14.64 subindo significativamente, já em 2020 a  
442 taxa caiu bruscamente, com queda muito grande, citando ainda o período de Pandemia, que  
443 justamente sendo um ano onde não foram viabilizadas muitas ações, com relação a mortalidade, ou  
444 seja, onde realizaram menos ações diante da Pandemia, sendo que a taxa foi de 8.04. Afirma que há  
445 muitos anos é um sonho para que pudesse diminuir a taxa de mortalidade para apenas um dígito, e  
446 que isso foi alcançado também em parceria com a Irmandade Santa Casa e CISAM.- Centro Integrado  
447 da Saúde da Mulher. A Sra. Fernanda relata também que no ano de 2020 ocorreram apenas 12 óbitos  
448 infantis, sendo que destes 06 óbitos foram considerados inevitáveis, ou seja 50% foram inevitáveis,  
449 sendo 05 com má-formação, e 01 morte súbita que também é considerado inevitável. Comenta que  
450 este ano até a presente data, permanecemos com 16 óbitos, como estávamos no final do 2  
451 Quadrimestre, ou seja, está há 02 meses sem óbito. Diante o exposto, o Conselheiro Alecsandro  
452 questiona sobre os casos, e tendo a Sra. Fernanda apresentado cálculo que hoje estamos com a taxa  
453 de 14.62, porém não finalizando o ano, podendo o índice ser reduzido. Apresentou o relatório referente  
454 as causas dos óbitos em 2021, sendo que novamente ocorreram 06 por óbitos por malformação, que  
455 são inevitáveis, porém entram na taxa, e que os demais 10 óbitos são considerados evitáveis na sua  
456 maioria durante a gravidez, e poucos outros durante o parto, considerando que houve deficiências na  
457 busca e captação precoce durante a gestação, na hora do pré natal, citando também das afecções  
458 maternas, seja por idade avançada, seja por comorbidades crônicas, muitas mulheres iniciando o pré-  
459 natal tardiamente. A Conselheira Iyálòrísá Joilda solicita orientações acerca de qual período é  
460 considerado o óbito infantil, e tendo como resposta a 20ª semana de gestação, e ainda que se nasceu  
461 vivo e respirou vindo a óbito é óbito infantil, que ainda na gestação é considerado óbito fetal, natimorto.  
462 Ocorreram diversas falas dispersas entre os Conselheiros, e a Sra. Fernanda afirma que é  
463 insatisfatório para ela, apesar de o Município manter ao longo desses anos para o mês de outubro as  
464 suas taxas aproximadas, reiterando que as taxas de natalidade e mortalidade em 2020 tem influência  
465 pela Pandemia, eventualmente com as próprias mulheres terem se cuidado mais, e pelo isolamento,  
466 dirigindo-se a Conselheira Iyálòrísá Joilda os óbitos acontecem por local de residência e não por óbito,  
467 e também explica dos cálculos realizados para identificação dessas taxas. O Secretário de Saúde  
468 Moacir, cita das ações que o Município deve estar trabalhando pela mobilização em todas as Unidades  
469 de Saúde, que foi adquirido um aparelho de ultrassom para o CISAM, onde poderão ser realizados  
470 exames de USG complementares aos das clínicas contratadas, cita da renovação do Convênio junto a  
471 Irmandade Santa Casa para a área Materno Infantil, também da integração junto ao Hospital da  
472 Providência em Apucarana, referência para o parto de alto risco, e que se torna um desafio a redução  
473 dessa taxa abaixo de dois dígitos. A Sra. Fernanda complementa que aconteceram 02 óbitos maternos  
474 por COVID, tendo uma criança sobrevivido, e o Conselheiro Alecsandro questiona sobre os 10 óbitos  
475 por causas evitáveis, afirmando que deve haver algum ponto de discordância, e se há controle de  
476 previsão do número de gestantes para parto até o final do ano, e tendo como resposta que até a  
477 presente data nasceram 1.094 bebês, e que esse controle é feito pelo CISAM, e o Conselheiro  
478 Alecsandro faz estimativa que a média para esse ano será de 1.300 partos para 2021, e que se  
479 calculássemos que todos nasçam vivos, sem óbitos, mesmo assim o índice não será muito reduzido,  
480 permanecendo acima de 02 dígitos, e reitera que um índice acima de 10 é vergonhoso, que o impacto



481 disso é maior que a Pandemia da COVID, que esses números friamente que estamos falando durante  
482 esses seis anos, que são falados de 60 a 70 óbitos, de vidas que não tiveram chance, vidas  
483 abreviadas, que está falando das evitáveis, salientando questionamento de quais as causas evitáveis  
484 onde o Controle Social pode atuar, e o que está acontecendo com esses outros 10 evitáveis que não  
485 podem ser vistos como óbitos naturais. A Sra. Fernanda informa que desses casos evitáveis 01 for por  
486 infecção materna não tratada, 03 foram devidos o Corioamnionite na gestação, ou seja infecção na  
487 placenta, 01 criança de 03 meses foi por pneumonia, 01 por síndrome respiratória do recém - nascido,  
488 sem causa específica, 01 por descolamento de placenta, 01 por prematuridade extrema e 01 por  
489 hemorragia pulmonar. O Presidente Zanatta cita do Comitê de Mortalidade Infantil, havendo registro  
490 dos prontuários e investigações no Município e também pela Regional de Saúde, sugerindo que o  
491 Conselho possa avançar nas informações também junto a este Comitê. São discutidas questões que  
492 envolvem sigilo da paciente, e também da falta de informações e/ou prontuários médicos mal  
493 preenchidos, havendo novamente interlocuções sobre o papel da equipe de Saúde e do CISAM, pelos  
494 Conselheiros, Zanatta, Robério, Maria Madalena e Alecsandro, e a Sra. Fernanda finaliza a sua  
495 apresentação colocando-se a disposição do Conselho e agradecendo a todos pela atenção. O  
496 Secretário de Saúde Moacir detalha da atuação do Controle de Endemias, das sistemáticas para  
497 visitas domiciliares e ações realizadas, dos bloqueios realizados, de acidentes com animais  
498 peçonhentos, e das ações de descontaminação contra a COVID-19 operacionalizadas também pelo  
499 Setor de Endemias. O Sr. Valdecir Pardini enseja boa noite ao Plenário e agradece a oportunidade, e  
500 fala da sua insatisfação pelo fato que muitas vezes junto as mídias sociais, ocorreram críticas de que o  
501 combate a Dengue foi esquecido devido a Pandemia, o que não é verdade, que uma pessoa com  
502 Dengue certamente procurará o serviço médico, e que nunca aconteceu tantas notificações, quanto no  
503 último período epidemiológico. Que foram investigados casos, apresentando planilhas demonstrativas,  
504 do Sabethes transmissor da febre amarela, fala dos pontos de risco para Dengue, citando  
505 borracharias, catadores e acumuladores de recicláveis, o cemitério, entre outros. Informa dos relatórios  
506 de visitas em imóveis, salientando do período de Pandemia, dos atendimentos a denúncias, de  
507 ataques por animais peçonhentos, do Triatomíneo, Bicho-barbeiro, e dos índices de infestação por  
508 Aedes Aegypti, dos trabalhos realizados em área rural, para prevenção e erradicação do bicho-  
509 barbeiro, que foram usados 25.300 litros de produtos desinfetantes, aplicados principalmente em  
510 repartições públicas, pronto atendimento, UPA, Terminal Rodoviário, realizadas através de adaptação  
511 dos equipamentos utilizados na Dengue, e cita também vias públicas e fachadas bancárias. O  
512 Presidente Zanatta coloque que as ações de descontaminação poderiam ter sido terceirizadas,  
513 inclusive sem licitação, por ser um fato extemporâneo diante a Pandemia, que, no entanto, foram  
514 realizadas pelo Setor de Endemias. O Sr. Valdecir afirma que é um trabalho árduo a execução das  
515 ações, utilizando a bolsa costal, e que estas ações foram realizadas exatamente no período de  
516 distanciamento social junto as vias de maior circulação, que houve um aumento de aparecimento de  
517 escorpiões pretos, e que o índice de infestação para o Aedes, 0,7%, que já para este ano nas  
518 descontaminações foram utilizados 4. 410 litros de peróxido 4d, e novamente cita do período  
519 epidemiológico, que ocorrem de agosto a julho, e que os profissionais médicos estão realmente  
520 atentos para investigação e diagnóstico da Dengue, sendo que dos 86 casos confirmados para a  
521 Dengue, é importante destacar que 47 casos foram importados, e apenas 39 autóctones, já no período  
522 epidemiológico que se iniciou em agosto desse ano, há apenas 48 notificações, com nenhum  
523 confirmado. Reafirma que o trabalho está sendo realizado, e que os resultados estão aparecendo, que  
524 Arapongas foi a única cidade do seu porte que não entrou em epidemia nos últimos quatro anos. O  
525 Secretário de Saúde Moacir faz referência a um trabalho muito forte também realizado junto as  
526 escolas, ações lúdicas e de educação para despertar o interesse das crianças, e que nesse período  
527 onde não tivemos aulas presenciais, foram confeccionados cartazes, cartilhas, através das UBS's para  
528 a população, sendo um material bastante didático. A Conselheira Maria Madalena comenta sobre  
529 descartes irregulares da população em terrenos baldios, e é feita uma citação pelo Sr. Valdecir acerca  
530 da febre do Nilo transmitida pelo mosquito Culex, e que o Aedes transmite outros 08 tipos de vírus, e  
531 fala do informativo mensal que será encaminhado rotineiramente ao Conselho. O Conselheiro  
532 Alecsandro questiona sobre as ações Leishmaniose, sendo orientando que não possuímos mais  
533 Laboratório Municipal, sendo centralizada em Londrina e Maringá, sendo a referência para Maringá. O  
534 Presidente Zanatta parabeniza ao Sr. Valdecir Pardini pelos trabalhos desenvolvidos, ao Secretário de  
535 Saúde, agradece também da Sra. Fernanda Gollas, ao Sr. Luiz Garanhani pelas contribuições. O  
536 Secretário então questiona ao Plenário se há ainda entre os presentes questões pertinentes ao  
537 Relatório de Gestão do 2º Quadrimestre, ao que o Secretário Moacir questiona estão todos  
538 suficientemente esclarecidos, e se há alguma dúvida, também se o Plenário achou interessante esse  
539 formato de apresentação, e não tendo o Plenário se manifestado em contrário, e portanto considerado  
540 aprovado o Relatório de Gestão. Desta forma, não havendo nada mais a tratar o Presidente de Mesa

541 Zanatta agradece novamente a todos os que participaram desta Plenária, dando encerramento a  
 542 mesma, a qual por degravação, eu, Giziele Regina Ruiz Mendes – Secretária Executiva, junto ao  
 543 Presidente e Conselheiro Eucir Antônio Zanatta, em 10 de Novembro de 2021 lavramos a presenta  
 544 Ata.  
 545

<b>NOME</b>	<b>SEGMENTO</b>	<b>ASSINATURA</b>
Moacir Paludetto Junior – Titular – Vice-Presidente – SEMUS	Gestores	
Elizabeth Fernandes Penha – Titular – SEMUS	Gestores	
Márcia Cristina Krempel – Titular – HONPAR	Prestadores	
Caren Juliane Tolori Ribeiro – Suplente – HONPAR	Prestadores	
Heloísa Toledo Volpato – Titular Irmandade da Casa	Prestadores	
Antônia de Fátima Francisco – Suplente – Irmandade Santa Casa	Prestadores	
Eucir Antônio Zanatta – Titular – Presidente – SINDSAÚDE	Trabalhadores	
Gisele Dias Picolo – Titular – COREN	Trabalhadores	
Sérgio Donizete Azevedo – Titular – SISPAMAS	Trabalhadores	
Alecsandro de Andrade Cavalcante – Titular – SIMEPAR	Trabalhadores	
Maria Madalena Carneiro – Suplente – ONG Olho D' Água;	Usuários	
Roseli Martauro Marinho – Titular – APDA		
Valéria Reche Aleixo – Suplente – Pastoral do Idoso	Usuários	
Alzira Maria da Silva Rocha - Titular – Pastoral da Saúde	Usuários	
Marcos Antonio de Oliveira – Titular – Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais	Usuários	
Antonio Jorge Magro – Titular – Ass. de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Aline Tassiará Marquês da Cunha – Suplente – Associação de Moradores Ulisses Guimarães	Usuários	
Francisco Robério Peres Cunha – Titular – Pastoral da Criança	Usuários	
Ìyálòrísá Joilda Pereira de Jesus – Titular – Ent. Religiosa ILÉ ÀSE TI TÓBI ÌYÁ ÀFIN ÒSÙN ALÁKÉTU;	Usuários	
Maria de Fátima Greggo – Titular – UAMMA	Usuários	
Gerson Pizzo – Membro da Associação de Pessoas com Deficiência de Araçongas – APDA	Participante	
Valdecir Pardini – Gerente do Controle de Endemias	Convidado	
Fernanda Gollas Trombini – Gerente do Setor de Epidemiologia	Convidada	
Luiz Carlos Garanhani – Contador da Secretaria Municipal de Saúde	Convidado	
Fábio Martins Pereira – Advogado HONPAR	Convidado	